

Felipe Ribeiro

# Discrecionariedade Técnica

A Administração Pública sob a  
influência de normas técnicas

**Pós-fácio sobre o isolamento social  
em tempos de Covid-19”**

**2ª Edição**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2021

Copyright © 2021 by Felipe Ribeiro

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

R484d

Ribeiro, Felipe

Discrecionalidade técnica : a administração pública sob a influência de  
normas técnicas : posfácio sobre o isolamento social em tempos de covid-19  
/ Felipe Ribeiro. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.  
256 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 221-229.

ISBN 978-65-5510-582-7

1. Administração pública. 2. Direito administrativo. 3. Discrecionalie-  
dade. 4. Normas técnicas. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

## Sumário

Capítulo I – Das Normas Técnicas e das Normas Jurídicas .....	1
1. A técnica, a ciência e o direito: noções iniciais e breve contextualização histórica .....	1
1.1. A técnica e a ciência no tempo do Estado liberal .....	4
1.2. A técnica e a ciência no tempo dos Estados Sociais.....	9
1.3. O avanço do neoliberalismo e a retomada do pensamento técnico-liberal .....	13
1.4. A necessária independência entre o ambiente científico e o Estado .....	15
1.5. Ciência e técnica .....	18
2. Por que abandonaremos a ideia de normas técnicas enquanto resultado do fenômeno da “normalização técnica”? .....	22
2.1. Nossa visão sobre normas técnicas .....	24
2.2. Conceito e características gerais .....	25
3. As normas técnicas e o problema da legitimidade democrática.....	48
3.1 A questão da deslegalização e o alegado déficit de legitimidade democrática .....	50
4. O direito, a técnica e a centralidade da pessoa humana .....	54
5. As normas técnicas e o regime jurídico técnico.....	58
6. Normas jurídicas versus normas técnicas.....	60
7. A elaboração de normas técnicas .....	61
8. Resumo do capítulo.....	65
Capítulo II – A Inserção de Normas Técnicas no Âmbito do Direito Administrativo.....	67
1. Considerações gerais .....	67

2. O fenômeno da incorporação de normas técnicas no direito administrativo.....	68
3. As normas jurídicas de conteúdo técnico-científico remissivas .....	70
3.1. Por que as normas remissivas são regras jurídicas?.....	70
3.2. As regras jurídicas remissivas .....	74
3.3. A incorporação de normas técnicas pelo legislador .....	83
3.4. As formas de incorporação de normas técnicas pela Administração Pública.....	84
4. O regime jurídico técnico-científico .....	90
5. Controles formal e material .....	90
6. Resumo do capítulo.....	92
Capítulo III – A Interpretação de Regras Remissivas à Luz da Legalidade (Controle de Formal) .....	95
1. Considerações Gerais .....	95
2. Critérios de verificação da validade formal das regras remissivas .....	96
2.1. Controle formal vertical .....	98
2.2. Controle formal procedimental.....	100
2.3. Controle formal horizontal.....	101
3. 1ª Pergunta-chave: há discricionariedade ou vinculatividade administrativas em sede de controle formal?.....	103
4. Resumo do capítulo.....	105
Capítulo IV – A Interpretação de Regras Remissivas à Luz da Juridicidade (Controle Material) .....	107
1. Considerações gerais .....	107
2. Controle material em matéria técnica.....	111
2.1. A funcionalidade dos princípios jurídicos.....	112
2.2. 2ª Pergunta-chave: há discricionariedade ou vinculatividade administrativas em sede de controle material? .....	130

3. Resumo do capítulo.....	139
Capítulo V – O Controle Judicial em Matéria Técnico-Científica.....	141
1. O princípio da separação dos poderes .....	141
2. Controle judicial da atividade administrativa.....	143
3. Controle judicial formal .....	145
4. Controle judicial material .....	147
4.1. O princípio da proporcionalidade no controle judicial .....	149
4.2. O controle judicial da atividade administrativa para proteger direitos fundamentais .....	159
4.3. Controle judicial da atividade administrativa para proteger a dignidade humana.....	163
4.4. Controle judicial da atividade administrativa para proteger diretivas.....	165
4.5. As peculiaridades da matéria técnico-científica.....	167
5. Alguns posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o tema.....	173
5.1. Nosso posicionamento em confronto com os demais .....	180
6. Resumo do capítulo.....	184
Capítulo VI – Considerações Finais.....	187
I Premissas filosóficas.....	187
II – Premissas jurídicas.....	189
III – Conclusão.....	193
Posfácio.....	195
1. O contexto .....	195
2. Prévias considerações de natureza metodológica .....	196
3. Regime jurídico sobre distanciamento social no contexto da pandemia da COVID-19 .....	198
3.1. Competência legislativa para tratar do tema .....	198
3.2. A Lei Federal n. 13.979/20 .....	199

3.3. As medidas de enfrentamento da pandemia que restringem o direito fundamental à liberdade de locomoção .....	200
3.4. O conceito de isolamento .....	202
3.5. Conceito de quarentena .....	204
4. Os demais pressupostos da lei .....	210
5. Arrematando.....	214
Referências bibliográficas .....	221